



# MUNICÍPIO DE OURO FINO

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9401  
SEDE II - Av. Barão do Rio Branco, 145 - Fone/Fax: (035) 3441-9400  
CEP 37570 - 000 CNPJ nº 18.671.271/0001-34

## DECRETO Nº3.774/2020

*"Declara o estado de calamidade pública no Município de Ouro Fino, em decorrência da pandemia causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19)".*

**MAURÍCIO LEMES DE CARVALHO**, Prefeito do Município de Ouro Fino (MG), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 69, XVII da Lei Orgânica do Município e:

**CONSIDERANDO** a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, devido ao alto grau de transmissibilidade do novo Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto Legislativo de nº 06, de 20 de março de 2020 do Senado Federal, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade em razão do Coronavírus (COVID-19), em âmbito Nacional;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 5.529, de 25/03/2020 da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que reconhece o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus até 31 de dezembro de 2020, nos termos do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020;

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarado, para fins de aplicação do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, estado de calamidade pública no âmbito do Município de Ouro Fino, com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. O estado de calamidade pública de que trata o caput será submetido, para reconhecimento, à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.



# MUNICÍPIO DE OURO FINO

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9401  
SEDE II - Av. Barão do Rio Branco, 145 - Fone/Fax: (035) 3441-9400  
CEP 37570 - 000 CNPJ nº 18.671.271/0001-34

Art. 2º. Ficam autorizados, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição do Estado, a ocupação e o uso temporário de bens e serviços necessários ao enfrentamento da crise causada pelo COVID-19, garantida a indenização justa, em dinheiro e imediatamente após a cessação da situação de calamidade pública, dos danos e custos decorrentes.

Parágrafo único. Compete aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal decidir, motivadamente, sobre a ocupação e o uso de bens e serviços de que trata o caput.

Art. 3º. No caso declarado neste Decreto, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art. 4º. Ficam os dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal autorizados a adotar, em caso de necessidade, medidas extraordinárias para viabilizar o pronto atendimento à população durante a situação de calamidade pública em saúde.

Art. 5º. Aplica-se ao período de calamidade pública, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o disposto no Inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Art. 6º. Ficam mantidas as disposições contidas nos seguintes Decretos:

I - Decreto nº 3.763/2020, de 17 de março de 2020, que declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência no Município de Ouro Fino - Minas Gerais, para enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov);

II - Decreto nº 3.767/2020, de 20 de março de 2020, que disciplina medidas para a iniciativa privada e entidades para o enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov);

III - Decreto nº 3.768/2020, de 23 de março de 2020, que disciplina medidas para restrição de circulação no Município de Ouro Fino para enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov);

IV - Decreto nº 3.770/2020, de 30 de março de 2020, que prorroga o prazo de situação anormal, caracterizada como situação de emergência no Município de Ouro Fino - Minas Gerais, para enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov) previstas nos Decretos 3.763/2020, 3.767/2020 e 3.768/2020;

V - Decreto 3.771/2020, de 03 de abril de 2020, que prorroga o vencimento de parcelas do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano face a situação caracterizada como situação de emergência no Município de Ouro Fino - Minas Gerais, para enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov);

VI - Decreto 3.773/2020, de 07 de abril de 2020, que disciplina medidas para a gradativa flexibilização para atividades da iniciativa privada como medida para o enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCov).



# MUNICÍPIO DE OURO FINO

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9401  
SEDE II - Av. Barão do Rio Branco, 145 - Fone/Fax: (035) 3441-9400  
CEP 37570 - 000 CNPJ nº 18.671.271/0001-34

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a eficácia do art. 1º à aprovação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Ouro Fino, 08 de Abril de 2020.

  
MAURÍCIO LEMES DE CARVALHO  
Prefeito do Município de Ouro Fino

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de abril de 2020; 232º da Inconfidência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

Deputado Agostinho Patrus - Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite - 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique - 2º-Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 5.539, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Reconhece o estado de calamidade pública no Município de Ouro Fino em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de Ouro Fino em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, pelo prazo de cento e vinte dias contados da publicação do Decreto nº 3.774, de 8 de abril de 2020, do Município de Ouro Fino.

Parágrafo único - O reconhecimento previsto no caput poderá ser prorrogado pela Assembleia Legislativa enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 16 de abril de 2020; 232º da Inconfidência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

Deputado Agostinho Patrus - Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite - 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique - 2º-Secretário

### MATÉRIA VOTADA

#### MATÉRIA VOTADA NA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/4/2020

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projetos de Resolução nºs 78/2020, da deputada Rosângela Reis, 80/2020, do deputado Inácio Franco, 81/2020, do deputado Sargento Rodrigues, 82/2020, do deputado Mauro Tramonte, e 83/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e Projeto de Lei nº 1.661/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., na forma do Substitutivo nº 1.

Em redação final: Projetos de Resolução nºs 78/2020, da deputada Rosângela Reis, 80/2020, do deputado Inácio Franco, 81/2020, do deputado Sargento Rodrigues, 82/2020, do deputado Mauro Tramonte, e 83/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e Projeto de Lei nº 1.661/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr..